

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

## **CRISE HUMANITÁRIA E POLÍTICA NA VENEZUELA: DESAFIOS PARA O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

### **Autor(res)**

Diego Marques Dos Santos Evangelista  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Karla Regina Malaquias De Souza  
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### **Introdução**

A Venezuela enfrenta, desde meados da década de 2010, uma crise humanitária e política sem precedentes na América Latina. Marcada pela hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos, colapso dos serviços públicos, repressão política e migração forçada de milhões de cidadãos, a crise comprometeu gravemente os direitos humanos da população. O regime autoritário estabelecido sob Nicolás Maduro, aliado à fragilidade institucional, agravou o quadro interno e isolou o país diplomaticamente. A comunidade internacional tem reagido de forma fragmentada, dividida entre a defesa da soberania estatal e a necessidade de proteger populações vulneráveis. Neste cenário, emergem questões fundamentais do Direito Internacional Público, como o princípio da não intervenção, a responsabilidade de proteger (R2P), o papel das organizações internacionais e os limites da atuação humanitária em contextos de crise política e social complexa.

### **Objetivo**

Analizar os aspectos jurídicos internacionais da crise venezuelana, com foco na responsabilidade do Estado, os limites da intervenção internacional e o papel das organizações multilaterais diante de uma crise humanitária.

### **Material e Métodos**

A pesquisa adota o método dedutivo e abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental. Foram consultadas normas internacionais, relatórios da ONU e da OEA, jurisprudência de tribunais internacionais e artigos acadêmicos que tratam da crise venezuelana e seus desdobramentos jurídicos. Também foram utilizados documentos oficiais emitidos pelo governo venezuelano, além de estudos de caso sobre migração forçada e violações de direitos humanos. A análise busca identificar os fundamentos jurídicos da atuação — ou omissão — da comunidade internacional frente à crise.

### **Resultados e Discussão**

Verificou-se que a crise na Venezuela configura uma situação de emergência humanitária com implicações diretas

**IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,  
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL CRISES E CONFLITOS  
INTERNACIONAIS, Ed. 7, Ribeirão das Neves/MG**

---

no campo do Direito Internacional. O país tem violado obrigações relativas aos direitos humanos, especialmente no tocante à proteção da população civil. No entanto, a noção de soberania tem sido utilizada como obstáculo para ações internacionais mais incisivas. A análise revela que, apesar da existência de mecanismos jurídicos, como a "Responsabilidade de Proteger", a aplicação prática desses instrumentos esbarra em interesses políticos e na ausência de consenso entre os Estados, especialmente no âmbito do Conselho de Segurança da ONU.

**Conclusão**

A crise venezuelana desafia o Direito Internacional Público ao expor suas limitações diante de emergências humanitárias em contextos de regimes autoritários. A comunidade internacional carece de mecanismos eficazes e consensuais para agir diante de crises internas que afetam a paz e os direitos fundamentais, tornando urgente o fortalecimento de instrumentos legais e políticos.

**Referências**

ONU. Relatórios do Alto Comissariado para Direitos Humanos sobre a Venezuela, 2019-2023. OEA. Informes sobre a crise na Venezuela, 2020. BASSO, M. L. Soberania e Intervenção Humanitária. São Paulo: RT, 2018. CANÇADO TRINDADE, A. A. Direitos Humanos e Direito Internacional. Brasília: FUNAG, 2017.